

Instante



pezco
pesquisa &
consultoria



Siga a Pezco no
twitter
Pezconomics
www.twitter.com/pezconomics

Foco: O Comércio Exterior Brasileiro e a Introdução do Conceito de Regime Fiscal Privilegiado

A semana: desempenho do mercado e calendário econômico

Fundamentos da economia: atividade, preços, fiscal e externo

Cenário econômico até 2011 e indicadores selecionados de infraestrutura

Imprensa: Pezco na mídia

Agende-se: SWISSCAM- Comitê Financeiro e Econômico



Foto: Fernanda Lima. Madri, Espanha. 2010. Proibida reprodução não autorizada.

São Paulo

Frederico Araujo Tuolla fredtuolla@pezco.com.br
Maria Fernanda Freire de Lima mfflima@pezco.com.br
Thelma Harumi Ohira thohira@pezco.com.br
Erika Roberta Monteiro erika@pezco.com.br
Gabriela Lima Aidar gabrielaaidar@pezco.com.br
André Ricardo Noborikawa Paiva paiva@pezco.com.br
Luiz Gabriel Passos lgpassos@pezco.com.br
Marcio Gabrielli marciogabrielli@pezco.com.br

Administrativo

Ana Cássia Pereira Silva anacassia@pezco.com.br
Tel/fax: +55 11 3582 5509

Porto Alegre

Jorge Luiz Dietrich dietrich@pezco.com.br

Rio de Janeiro

Yann Le Boulluec Alves yannlba@pezco.com.br

Editorial

Gabriela Lima Aidar gabrielaaidar@pezco.com.br

Treinamentos

Daniel Sales daniel.sales@pezco.com.br
Tel: +55 11 8635 5193

26 a 30 de julho de 2010

Nº103

Foco

O Comércio Exterior Brasileiro e a Introdução do Conceito de Regime Fiscal Privilegiado



Luis Guilherme B. Gonçalves

Ig_anwalt@yahoo.de

No dia 14 de Junho de 2010 foi publicada a Lei nº 12.249/10, resultado da conversão em Lei da MP nº 472/09, a qual trata dentre outros temas, da dedutibilidade, para fins do IRPJ e da CSLL, de valores pagos/remetidos para pessoas físicas e jurídicas residentes ou constituídas no exterior e submetidas a um tratamento de país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado.

Segundo a Lei nº 11.727/08 um 'regime fiscal privilegiado' é o: **(i)** resulta em tributação da renda à alíquota máxima inferior a 20%; **(ii)** concede vantagem fiscal para pessoas físicas ou jurídicas não residentes, sem exigência de realização de atividade econômica substantiva, ou então condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva; **(iii)** resulta em tributação de rendimentos auferidos fora de seu território à alíquota máxima inferior a 20%; e **(iv)** não permite o acesso à informações relativas à composição societária, titularidade de bens ou direitos ou às operações econômicas realizadas.

A Lei nº 12.249/10 trouxe a seguinte previsão:

“Art. 26. Sem prejuízo das normas do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, não são dedutíveis, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a qualquer título, direta ou indiretamente, a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou constituídas no exterior e submetidas a um tratamento de país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado, na forma dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, salvo se houver, cumulativamente:

I – a identificação do efetivo beneficiário da entidade no exterior, destinatário dessas importâncias;

II – a comprovação da capacidade operacional da pessoa física ou entidade no exterior de realizar a operação; e

III – a comprovação documental do pagamento do preço respectivo e do recebimento dos bens e direitos ou da utilização de serviço.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso I do caput deste artigo, considerar-se-á como efetivo beneficiário a pessoa física ou jurídica não constituída com o único ou principal objetivo de economia tributária que auferir esses valores por sua própria conta e não como agente, administrador fiduciário ou mandatário por conta de terceiro.

(...)

“todas as remessas efetuadas para as empresas com este tipo societário e localidades³ somente serão dedutíveis caso a pessoa jurídica remetente consiga comprovar o atendimento dos requisitos constantes dos incisos do artigo 26 da Lei nº 12.249/10.”

Lembrando, a RFB listou recentemente os tipos societários nas jurisdições como regimes fiscais privilegiados¹: **(i)** em Luxemburgo, as pessoas jurídicas constituídas em *holding companies*; **(ii)** no Uruguai, as constituídas em “Sociedades Financeiras de Inversão”, até 31.12.2010; **(iii)** na Dinamarca, as constituídas em *holding companies* que não exerçam atividade econômica substantiva; **(iv)** na Holanda, as constituídas em *holding companies* que não exerçam atividade econômica substantiva²; **(v)** na Islândia, as constituídas em *International Trading Companies*; **(vi)** na Hungria, as constituídas em *offshore KFT*; **(vii)** nos EUA, constituídas em *Limited Liability Companies* estaduais, com participação de não residentes, não sujeitas ao imposto de renda federal; **(viii)** na Espanha, as constituídas em *Entidad de Tenencia de Valores Extranjeros*; e **(ix)** em Malta, as constituídas em *International Trading Companies* e de *International Holding Companies*.

Assim, todas as remessas efetuadas para as empresas com este tipo societário e localidades³ somente serão dedutíveis caso a pessoa jurídica remetente consiga comprovar o atendimento dos requisitos constantes dos incisos do artigo 26 da Lei nº 12.249/10.

Todavia, a princípio, o requisito previsto no inciso II que versa sobre a comprovação da capacidade operacional da empresa estrangeira, será de difícil comprovação pelas empresas. Isto porque, analisando as disposições da Lei nº 11.727, a capacidade operacional da empresa estaria atrelada ao exercício de uma atividade econômica substantiva em uma determinada localidade. Contudo, não há previsão na legislação sobre o que deve ser considerado atividade econômica substantiva, razão pela qual a “definição/entendimento” está a cargo da RFB, gerando insegurança para os contribuintes, além de violar preceitos legais/constitucionais.

Diante disso, caberão às empresas adotar uma postura mais conservadora em relação às operações praticadas com parceiros/fornecedores localizados em jurisdições concedidas de regimes fiscais privilegiados, aumentando assim a burocracia nas operações de comércio exterior, ou então optar pela reestruturação de suas operações evitando, de modo transparente e preventivo, a necessidade de aplicação das regras acima.

Advogado Especializado em Tributação Internacional

Vice-Presidente do Comitê de Comércio Exterior e Logística –da AMCHAM-Brasília

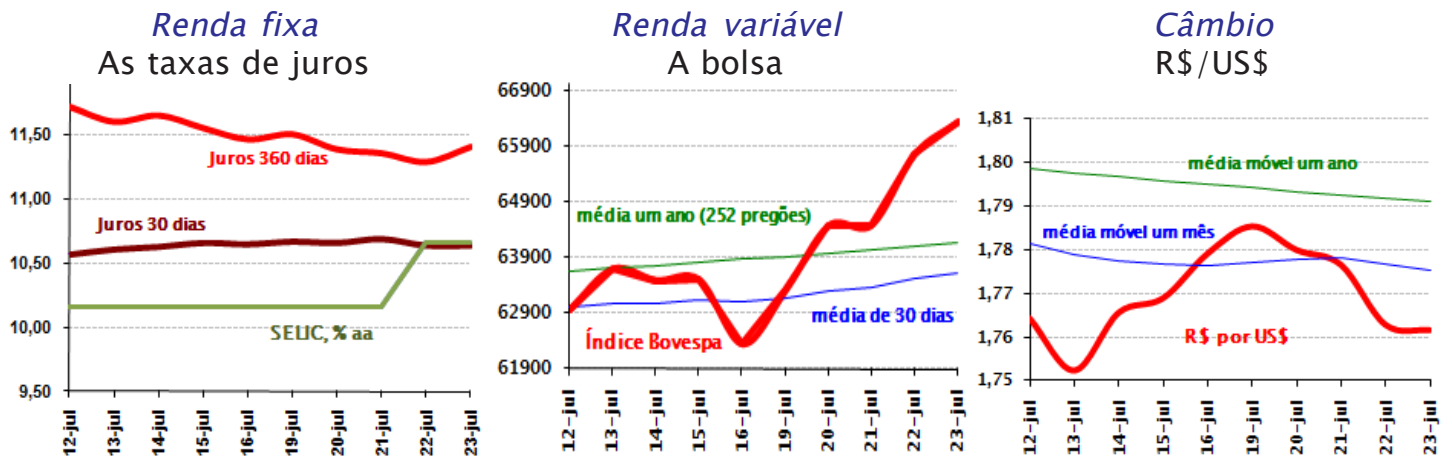
Membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT

¹ Vide Instruções Normativas RFB nº 1.037/10 e 1.045/10

² A inserção da Holanda nesta lista está suspensa por conta de pedido de revisão apresentado por aquele país, conforme veiculado no Ato Declaratório Executivo RFB nº 10/10.

³ Assim como as remessas efetuadas para países e dependências com tributação favorecida, conforme relação constante no artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.037/10.

A semana

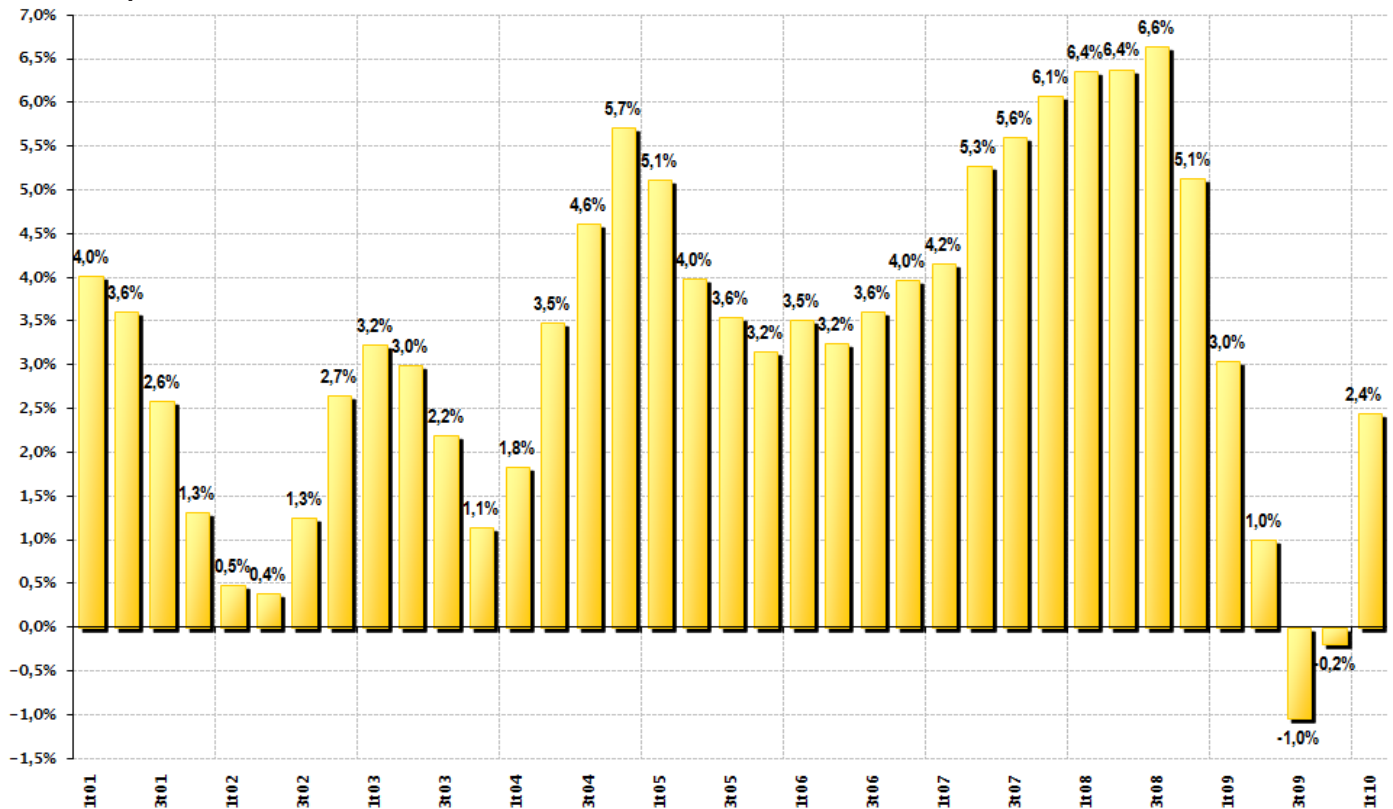


programe sua semana

DIA	INDICADORES ECONÔMICOS	EVENTOS/ FERIADOS
26 SEG	IPC-S Capitais, FGV, Q3 Julho Week Bill Announcement, U.S. Department of Treasury New Home Sales, U.S. Bureau of the Census, Junho	
27 TER	INCC-M, FGV, Julho ICSC-Goldman Store Sales, ICSC and Goldman Sachs Redbook, Redbook Research S&P Case Shiller HPI, Standard and Poor's, Maio Consumer Confidence, The Conference Board, Julho State Street Investor Confidence Index, State Street Global Markets, Julho	
28 QUA	Sondagem da Indústria, FGV, Julho Pesquisas de Emprego e Desemprego, DIEESE, Junho MBA Purchase and Applications, Mortgage Bankers Association EIA Petroleum Status Report, EIA Bank Reserve Settlement, FED Durable Goods Orders, Bureau of the Census, Junho Beige Book, FED	<i>Resultado: Bradesco</i>
29 QUI	IGP-M, FGV, Julho Jobless Claims, Employment and Training EIA Natural Gas Report, EIA Fed Balance Sheet, FED Money Supply, FED	<i>Resultado: TOTVS</i> <i>Resultado: VIVO</i>
30 SEX	GDP, BEA, Q2a Employment Cost Index, BLS, Q2:10 Chicago PMI, Kingsbury International, Julho Consumer Sentiment, ISR, Julho Farm Prices, National Agricultural Statistics Service, Julho	<i>Resultado: Usiminas</i> <i>Resultado: Santander</i>

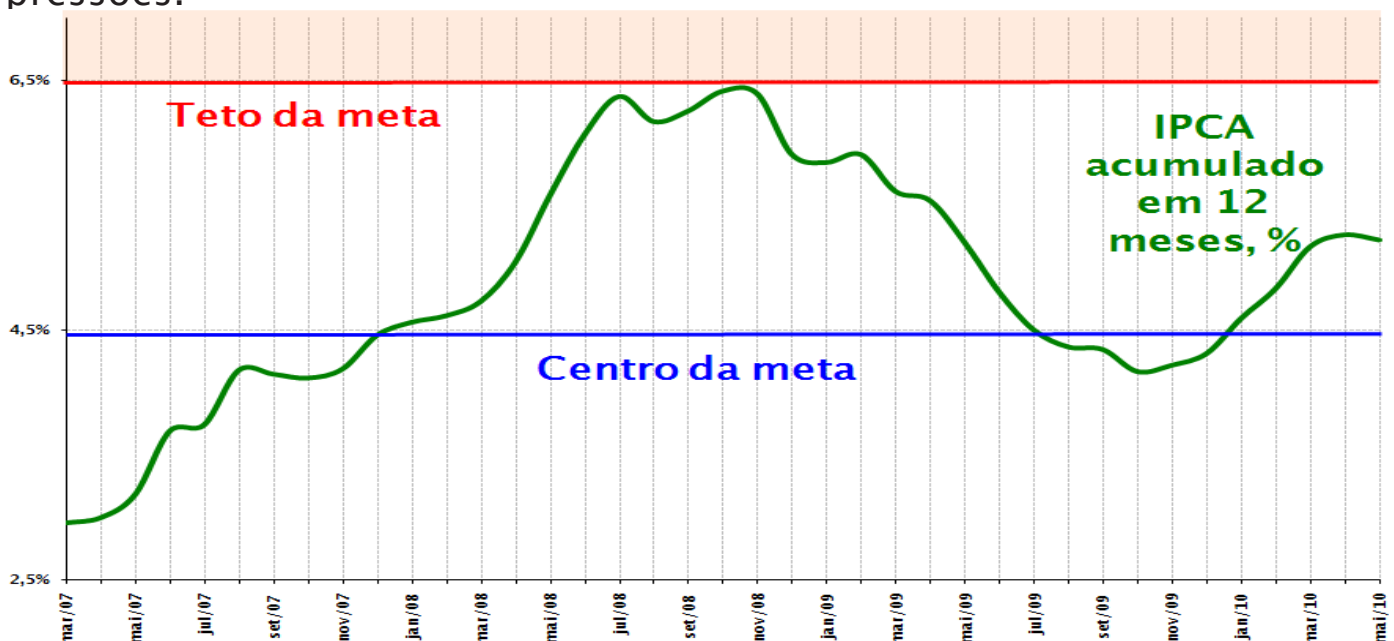
Como andam os fundamentos?

ATIVIDADE: em franco processo de retomada, após o tombo (o acumulado corresponde ao PIB anual, no fim de cada ano)



Fonte: IBGE

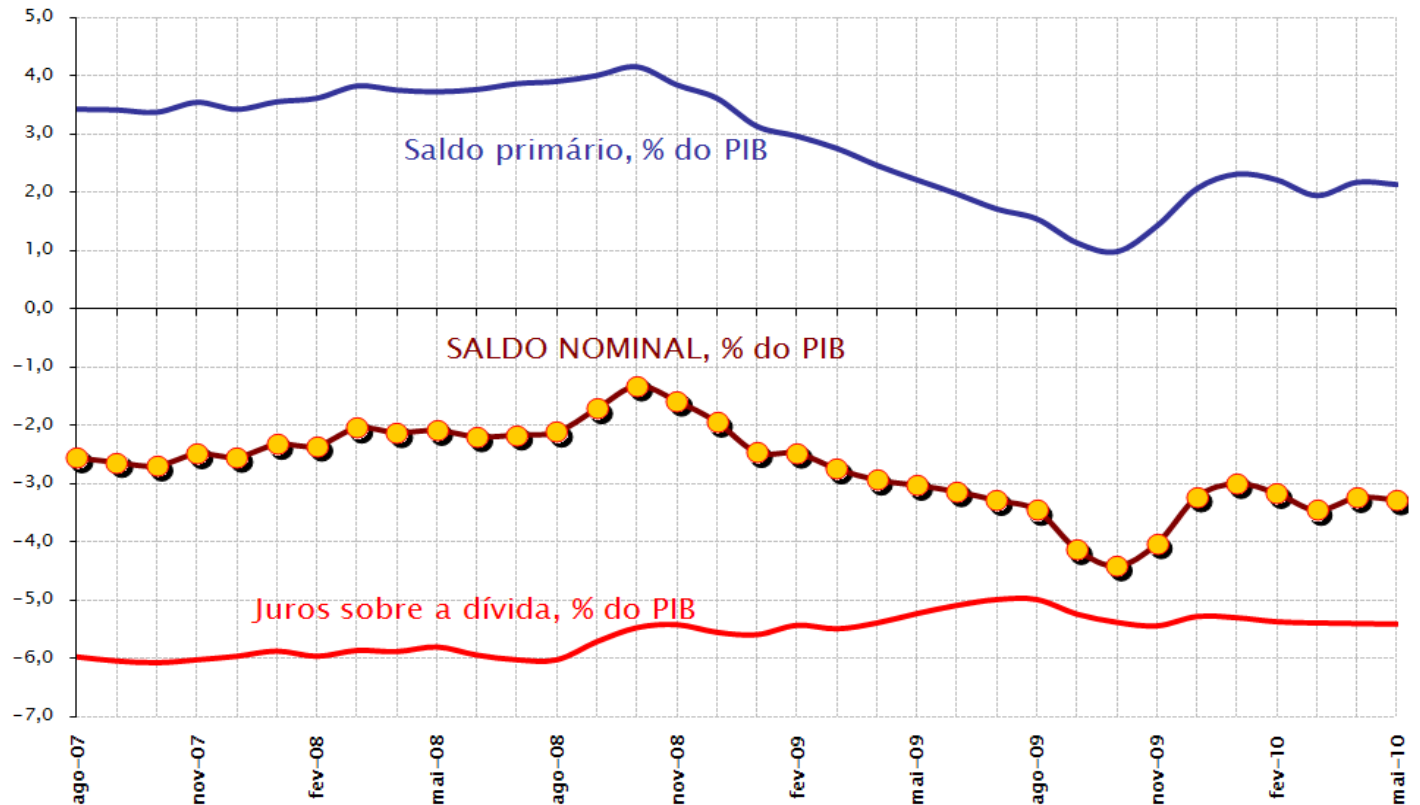
INFLAÇÃO: A convergência para a meta já ocorreu. A atenção agora se volta para o ritmo da retomada da economia, que pode introduzir novas pressões.



Fonte: Banco Central do Brasil

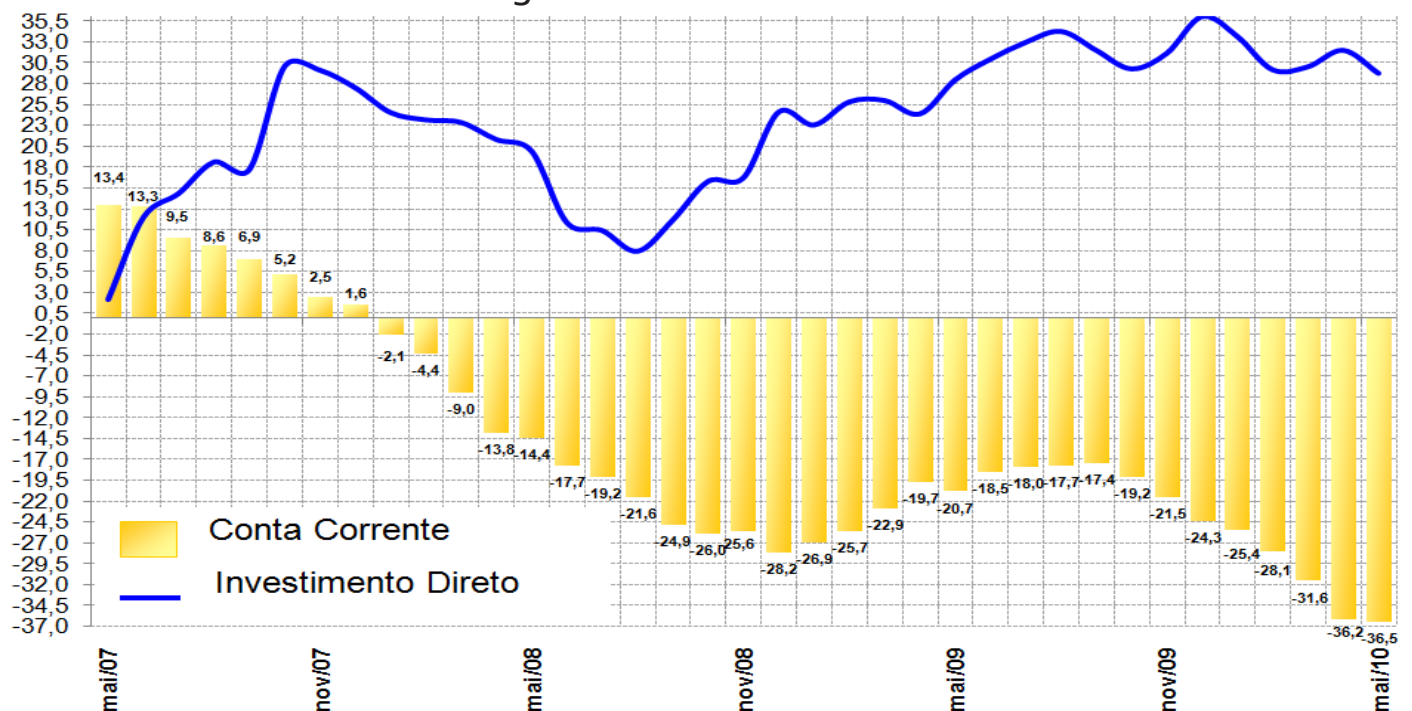
Como andam os fundamentos?

CONTAS PÚBLICAS: toda atenção neste item será pouca! É fundamental monitorar a evolução do superávit primário: uma mudança de política não é bem vinda.



Fonte: Banco Central do Brasil

SETOR EXTERNO: embora as atenções se voltem para a piora da conta corrente, o financiamento externo é sólido, principalmente através do investimento direto estrangeiro



Fonte: Banco Central do Brasil

Brasil – cenário econômico

O principal risco vem das contas públicas

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010P	2011P
Setor Real								
PIB(R\$ bi)	1.941,5	2.147,2	2.332,9	2.558,8	2.849,0	2.966,0	3.304,4	3.570,3
PIB (US\$ bi)	663,8	882,4	1.072,0	1.313,9	1.385,9	1.453,9	1.840,9	1.904,2
Varição do PIB real (%)								
Consumo das famílias (peso 2006 = 59,7%)	3,8	4,5	5,2	6,1	7,0	4,1	6,0	3,0
Consumo do Governo (peso 2006 = 20,3%)	4,1	2,3	2,6	5,1	1,6	3,7	4,5	1,6
Investimento (peso 2006 = 17,0%)	9,1	3,6	9,8	13,9	13,4	-9,9	15,0	8,0
Exportação (peso 2006 = 14,6%)	15,3	9,3	5,0	6,2	-0,6	-10,3	9,1	10,0
Importação (peso 2006 = -11,6%)	13,3	8,5	18,4	19,9	18,0	-11,4	25,0	15,0
PIB – Ótica da Oferta (valor adicionado – preços básicos var. anual % a.a.)								
Agropecuária (peso 2006 = 5,45%)	2,3	0,3	4,8	4,8	5,7	-5,2	5,0	3,0
Indústria (peso 2006 = 28,80%)	7,9	2,1	2,2	5,3	4,4	-5,5	10,9	4,3
Extrativa Mineral	4,3	9,3	4,4	3,7	4,9	-0,2		
Transformação	8,5	1,2	1,0	5,6	3,2	-7,0		
Construção Civil	6,6	1,8	4,7	4,9	8,2	-6,3		
Prod. e dist. de eletricidade, gás e água	8,4	3,0	3,5	5,4	4,8	-2,4		
Serviços (peso 2006 = 65,75%)	5,0	3,7	4,2	6,1	4,8	2,6	5,3	3,2
Comércio	7,2	3,4	6,0	8,4	6,1	-1,2		
Transp., armaz. e correio	5,9	3,5	2,1	5,0	3,4	-2,3		
Serviços de informação	5,5	4,0	1,6	7,4	8,9	4,9		
Interm. financeira, previd. complementar	3,7	5,3	8,4	15,1	13,0	6,5		
Outros Serviços	5,5	5,4	4,0	4,8	4,2	5,1		
Atividades imobiliárias e aluguel	3,9	4,7	3,0	4,9	1,6	1,4		
Admin., saúde e educação púb.	3,8	1,1	3,3	2,3	1,5	3,2		
Preços								
IPCA (%)	7,6	5,7	3,1	4,5	5,9	4,3	5,4	4,8
Comercializáveis	6,3	2,7	1,3	4,7	7,0	2,6		
Não – Comercializáveis	6,9	6,4	4,0	6,7	7,1	5,5		
Itens Livres	6,5	4,3	2,6	5,7	7,1	4,2		
Preços Administrados	10,2	9,0	4,3	1,7	3,3	4,7		
IGP-M (%)	12,1	1,2	3,8	7,9	9,1	4,6	7,9	5,0
Setor Público								
Dívida Líquida Setor Público (% PIB)	47,0	46,5	50,0	42,8	38,4	42,8	41,5	40,8
Dívida Líquida Setor Público (R\$ bi)	912,5	998,5	1.184,9	1.111,8	1.008,5	1329,4	1.412,2	1.525,0
Participação prefixado dív mobiliária % (posição custódia)	22,6	28,7	33,8	39,5	31,3	32,0		
Saldo primário setor público, % PIB	3,8	3,9	3,2	3,4	3,5	2,1	1,9	2,1
Setor Externo								
Transações Correntes/PIB (%)	1,8	1,6	1,3	0,1	-1,9	-1,3	-2,4	-2,3
Transações Correntes (US\$ bi)	11,7	14,2	13,6	3,6	-27,0	-19,6	-50,0	-58,0
Balança comercial	33,6	44,7	46,5	40,0	24,8	25,3	18,0	22,0
Balança de serviços	-4,7	-8,3	-9,6	-13,1	-16,2	-19,3	-25,0	-30,0
Rendas	-20,5	-26,0	-27,5	-29,3	-39,7	-33,7	-40,0	-38,0
Transferências unilaterais	3,2	3,6	4,3	4,0	4,1	3,3	3,6	4,0
Invest Estrangeiro Direto (US\$ bi)	8,3	12,5	-9,4	27,5	5,7	36,0	20,0	-17,8
Invest Estrangeiro no Brasil (líquido)	18,1	15,1	18,8	34,6	45,1	25,9	34,0	28,0
Investimento Brasileiro no Exterior	9,8	2,5	28,2	7,1	39,4	-10,1	10,0	10,2
Mercado financeiro								
Taxa de juros Selic, % aa – fim período	17,50	18,24	13,19	11,18	13,66	8,75	11,75	11,50
Taxa de juros Selic, % aa – acumulada	16,24	19,05	15,08	11,88	12,49	9,93	10,61	11,40
Taxa de câmbio, R\$/US\$ – fim período	2,65	2,34	2,14	1,77	2,34	1,75	1,85	1,90
Índice Bovespa, pontos – fim período	26196	33455	44474	63886	37550	68.588		
Mercado de Trabalho (%)								
Taxa de desemprego – média (IBGE)	11,5	9,9	10,0	9,3	7,9	8,1	7,3	6,8
Taxa de desemprego – Reg. Metropolitanas (SEADE)	19,6	17,9	16,8	15,5	14,1	14,2	13,5	12,0
Rating soberano moeda estrangeira (entre parênteses: nota equivalente na escala 0 a 10) (amarelo = grau especulativo; azul = grau de investimento)								
Fitch								
Moody's	BB- (5,7)	BB- (5,7)	BB (6,0)	BB+ (6,3)	BBB- (7,0)	BBB- (7,0)	BBB (7,3)	BBB (7,3)
Standard and Poors'	B1 (5,3)	Ba3 (5,7)	Ba2 (6,0)	Ba1 (6,3)	Ba1 (6,3)	Baa3 (7,0)	Baa2 (7,3)	Baa2 (7,3)
	BB- (5,7)	BB- (5,7)	BB (6,0)	BB+ (6,3)	BBB- (7,0)	BBB- (7,0)	BBB (7,3)	BBB (7,3)

Indicadores selecionados de infraestrutura

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010P
Transporte Aéreo									
Passageiros Domésticos (milhões)	-	61,27	71,49	83,48	90,01	97,95	99,01		
Passageiros Internacionais (milhões)	-	9,95	11,22	12,60	12,18	12,62	13,17		
Carga Doméstica (milhões kg)	-	657,39	717,69	752,30	641,46	620,89	627,93		
Carga Internacional (milhões kg)	-	557,22	640,83	607,84	588,22	697,73	625,07		
Pousos e Decolagens (milhares)	-	1765,60	1790	1841	1919	2042	2127,88		
Domésticos	-	1649,31	1655,76	1698,64	1781,79	1884,14	1964,23		
Internacionais	-	116,28	134,55	142,58	136,75	157,89	163,65		
Ferrovias									
Evolução da produção de transporte (bilhões de TKU)	170,18	182,64	205,71	221,63	238,05	257,12	-		
Evolução do índice de acidentes (acidentes por milhão de Km)	43,6	35,7	32,0	31,8	23,0	14,0	-		
Transporte Rodoviário									
Passageiros Transportados (milhões) ¹	131,68	128,37	133,69	137,17	132,61	127,63	-		
Volumes de veículos-rod concedidas (milhões)	557,27	553,08	603,07	643,44	657,19	706,69	-		
Venda de veículos bicombustível (% sobre o total)	-	6,8	25,2	52,2	78,1	85,6	88,0		
Saneamento Básico									
Cobertura de domicílios por rede de água (% ligação a rede geral)	81,96	82,52	82,23	82,32	83,21	83,32	-		
Cobertura de domicílios por rede de esgoto (% ligação a rede geral)	46,46	47,97	48,03	48,24	48,47	51,33	-		
Coleta de lixo (% de domicílios com coleta direta)	76,50	78,16	77,18	78,77	79,61	79,93	-		
Telecomunicações									
Telefones em serviço por 100 habitantes (teledensidade)	42,90	48,30	58,70	68,10	73,90	84,30	99,4		
Teledensidade fixa em serviço (por 100 hab)	22,60	22,20	22,10	21,50	20,70	20,70	21,3		
Teledensidade celular (acessos por 100 hab)	20,30	26,20	36,60	46,60	53,20	63,60	78,1		
TV por Assinatura (100 dom)	7,70	7,60	7,90	8,30	8,90	10,20	11,7		
Conexões Banda Larga (milhares)	692	1236	2299	3856	5656	7718	10010		
Evolução do acesso à internet banda larga (milhares)									
ADSL	-	983	1883	3092	3359	4573	6340		
TV por assinatura	-	203	367	629	789	1347	2170		
Outros	-	13	30	75	80	120	415		
Energia Elétrica									
Capacidade instalada geração (GW) / previsão ANEEL	82,46	86,51	90,73	93,16	96,63	100,45	-	109,45	114,44
Energia hidráulica	65,31	67,79	69,00	70,86	73,43	76,87	-		
Energia nuclear	2,01	2,01	2,01	2,01	2,01	2,01	-		
Consumo energia elétrica na rede (GWh)									
Residencial	-	-	-	-	85.784	89.885	94.660		
Industrial	-	-	-	-	164.725	175.701	179.977		
Comercial	-	-	-	-	55.224	58.647	62.156		
Outros	-	-	-	-	51.796	54.129	55.971		
Crescimento anual do parque gerador - pot. inst. (MW)	4.638,40	3.998,00	4.234,60	2.425,20	3.935,50	4.028,00	2.158,00	1.177,00	
Taxa de interrupção									
DIPC (horas/ano)*	2,26	1,53	1,53	1,03	0,81	0,58	0,54		
FIPC (vezes/ano)**	2,03	1,41	1,04	0,80	0,75	0,55	0,62		
Acréscimo anual de linhas de transmissão à rede básica (Km)	2.437,90	4.979,90	2.313,50	3.035,70	3.197,52	995,40	3.317,70		
Petróleo e Gás									
Reservas provadas de petróleo (bilhões barris)	9,80	10,60	11,24	11,77	12,18	12,62	12,80		
Produção de petróleo (média milhões barris/dia)	1,39	1,54	1,56	1,77	1,88	1,89	1,92		
Preços componentes do IPCA									
Taxa de água e esgoto (variação %)	9,48	21,00	10,41	13,42	5,03	4,82	7,11	4,92	
Energia Elétrica Residencial (variação %)	19,88	21,37	9,63	8,07	0,28	-6,16	1,11	4,68	
Comunicações	11,27	18,69	13,91	6,45	-0,24	0,67	1,78	1,08	
Ônibus intermunicipal	7,79	18,96	4,84	12,35	8,87	4,19	5,66	6,21	
Avião	54,65	7,20	6,03	28,10	-9,64	3,14	12,17	31,88	

* Duração da interrupção no ponto de controle

** Frequência de interrupção no ponto de controle

¹ Evolução do transporte de passageiros por ligação, inter-regional e regional

Imprensa

Revista Conjuntura Econômica

A revista Conjuntura Econômica deste mês, editada pela FGV, trouxe um amplo especial sobre os Desafios do Sistema Financeiro, assinado pela jornalista Liliana Lavoratti. Frederico Turolla foi um dos entrevistados e apresentou duas visões alternativas sobre o papel dos bancos públicos no ciclo de desenvolvimento – uma na qual os bancos privados só não cumprem a função de financiar o desenvolvimento por causa da forte presença do BNDES, e outra pela qual há uma falha de mercado, porque o sistema financeiro privado não consegue prover crédito de longo prazo e preencher esta lacuna.

Turolla foi citado também em outros trechos da matéria, incluindo o papel estratégico de segmentos dinâmicos do mercado de capitais, como a indústria de private equity; a redução do risco do mercado de capitais brasileiro; e a questão do aval e das garantias. Em citação, apontou que “as empresas ainda não conseguem apresentar as garantias reais exigidas pelos bancos, principalmente no crédito a longo prazo”.

Valor Econômico

O jornal Valor Econômico publicou, no último dia 21, uma nota em sua Agenda sobre o “Curso de Direito Regulatório dos Transportes e Portos” realizado pela Pezco e ministrado pelo professor doutor Osvaldo Agripino de Castro Júnior, nos dias 22 e 23 de Julho.

SWISSCAM

A Swisscam irá realizar o Comitê Financeiro e Econômico “Oportunidade do Private Equity no Brasil”, com palestra ministrada por Leonardo Ribeiro, no dia 5 de Agosto, quinta-feira.

Veja mais no Agende-se.

Agende-se



A SWISSCAM tem o prazer de convidá-lo para o **Comitê Financeiro e Econômico**

“Oportunidades do Private Equity no Brasil”

Palestra ministrada por **Leonardo Ribeiro**, sócio da Ochroma Alternative Investments.

Leonardo Ribeiro é bacharel e mestre em administração pela USP e realizou parte de seus estudos na França, incluindo o MBA na ESSEC e a especialização em finanças corporativas na Toulouse Business School. Ele é membro da ABVCAP e conselheiro da Caribbean Investor Network (CIN). Foi membro fundador do US-Brazil VC Task Force, que trouxe ao Brasil 10 investidores norte-americanos com patrimônio agregado de US\$300 bilhões. No campo social, foi coordenador executivo do projeto Fundo de Capital Solidário. Ele atua em private equity desde 2002, sendo um dos profissionais com o mais completo e profundo conhecimento deste mercado no Brasil. De 2003 a 2008 ele liderou as atividades de pesquisa do Centro de Estudos em Private Equity da FGV (GVcepe), onde foi responsável pelas principais análises sobre o setor. **Leonardo** é autor de mais de 15 publicações, entre elas o principal livro sobre private equity no Brasil. Recebeu os prêmios Ruy Leme e ANBID por seus trabalhos em private equity.

Sinopse:

O segmento de Private Equity já conta com mais de 130 gestoras e US\$40 bilhões, além de ser responsável por 30% dos IPOs e 40% das operações de fusão e aquisição no Brasil. O Private Equity também tornou-se o segmento mais rentável do mercado financeiro, gerando retornos anuais acima de 30% ao ano. Esta palestra visa compreender as oportunidades que esse setor gera como fonte de capitalização, de fusões & aquisições ou como atrativa oportunidade de investimentos.

Data **05 de agosto de 2010, quinta-feira**

Horário **das 08h30 às 10h00**

Local **SWISSCAM** – Câmara de Comércio Suíço-Brasileira

Acesso pela Rua Bento Branco de Andrade Filho, 488 - Auditório - piso térreo

Inscrições **até 04/08**

Tel +55 11 5683 7447 +55 11 5683 7447 | Fax +55 11 5641 3306

marketing@swisscam.com.br

Favor informar número do RG para facilitar o cadastramento na entrada do prédio.

Investimento **Gratuito para associados SWISSCAM** | Não-associados R\$ 20,00

Estacionamento no MultiPark (acesso pela Rua Bento Branco de Andrade Filho, 477), em frente ao prédio.

Preço: R\$ 12,00 (valor com desconto). Solicite o carimbo na SWISSCAM

PEZCO é uma empresa de consultoria econômica brasileira. Somos economistas e estamos associados a advogados, administradores de empresas, engenheiros e outros profissionais. Reunimos a expertise necessária para a análise econômica multidisciplinar, imparcial e de excelência. A equipe e nossos associados/consultores se destacam pela formação acadêmica, experiência e responsabilidade com relação a aspectos como: prazos, confidencialidade e coerência de teses. Nossa visão é a de colaborar com decisões de negócios pró-competitividade e influenciar o desenho de ações econômicas, políticas e regulatórias efetivas, promotoras de bem-estar.

TERMO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Este documento tem como objetivo servir de base para a discussão de elementos do ambiente econômico e setorial, através da compilação de informações e exposição de análises e de pontos-de-vista. Tomamos os melhores cuidados com a confiabilidade das informações e de suas fontes, mas não podemos garantir a exatidão das mesmas ou das análises realizadas sobre elas. Todas as informações aqui contidas a título de “projeção” ou “previsão” se referem a análises com base em elementos e tendências atuais, cujos pressupostos podem mudar significativamente ao longo do tempo. A Pezco Pesquisa e Consultoria Ltda e a Pezco Editora e Desenvolvimento Ltda não se responsabilizam por decisões tomadas com base neste relatório. Tanto Pezco quanto seus eventuais colaboradores e consultores, bem como convidados que figuram neste relatório, podem manter posições em ativos mencionados neste documento, bem como podem estar participando ou ter participado de projetos de consultoria/assessoria relacionados a organizações e pessoas aqui mencionadas. Os profissionais que figuram neste documento não são, necessariamente, vinculados a Pezco em qualquer aspecto. Ainda, no caso deste conteúdo ser distribuído no âmbito de contrato entre Pezco e Internet Securities do Brasil Ltda (Grupo Euromoney), a Pezco garante ter os direitos de utilização econômica e/ou autorais relativos a este material, ou autorização, exceto aqueles dados que estiverem em domínio público. Se o documento foi recebido por engano, ou se não deseja mais recebê-lo, queira responder à mensagem eletrônica com ordem de interrupção do envio como “excluir”, ou enviar e-mail com esta solicitação para pezco@pezco.com.br. Este documento não se destina a oferecer ou solicitar compra ou venda de quaisquer bens ou serviços.

Este relatório também está disponível em:



i-press.biz
economia & mercado

BLOOMBERG PROFESSIONAL ®

Também distribuído por:



Instante é uma newsletter semanal de temas econômicos, incluindo conjuntura macroeconômica, questões setoriais, infra-estrutura, concorrência e regulação.

Produzida pela Pezco, é distribuída a um mailing selecionado e através de contrato firmado pela Pezco com Euromoney, plataforma Internet Securities.

Sua solicitação pode ser realizada por meio do endereço <http://www.pezco.com.br/?area=news>

Edições anteriores



pezco
pesquisa & consultoria

PEZCO PESQUISA & CONSULTORIA LTDA
R. Dr. Neto de Araújo, 320 cj 1307 - Vila Mariana
04111-001 São Paulo-SP
Telefone: +55 (11) 3582 5509
Website: www.pezco.com.br
E-mail: pezco@pezco.com.br